

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.331 - RJ
(2019/0262031-6)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
EMBARGADO : WILLIAM DIAS BRAGA
ADVOGADO : MAURO ABDON GABRIEL - RJ082725

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO à decisão que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante a existência de omissão na decisão embargada, ao argumento de que não foram majorados os honorários, conforme previsto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Assiste razão à parte embargante.

Conforme dicção do Enunciado Administrativo n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

No presente caso, tendo em vista que o acórdão impugnado em sede de recurso especial foi publicado já na vigência do novo Código de Processo Civil, e tendo havido o arbitramento de verba honorária na origem, é possível a fixação de honorários recursais.

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração para determinar a majoração dos honorários recursais, em desfavor da parte ora embargada, no importe de 15% do valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, ressalvada a condição suspensiva decorrente de eventual concessão da gratuidade da justiça.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente